

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS SERGIPE
FANESE**

**ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS: TRADUÇÃO,
INTERPRETAÇÃO E ENSINO.**

VIVIANE LEITE MAIA

**Estudo do processo de desenvolvimento escolar dos alunos surdos
nas séries do ensino fundamental maior da Escola Estadual
Vicente Machado Menezes, na cidade de Itabaiana/SE.**

**ARACAJU – SE
2018.1**

VIVIANE LEITE MAIA

**Estudo do processo de desenvolvimento escolar dos alunos surdos
nas séries do ensino fundamental maior da Escola Estadual
Vicente Machado Menezes, na cidade de Itabaiana/SE.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para obtenção do título de Especialista em Libras: Tradução, Interpretação e Ensino.

Prof.^a Esp. Alessandra Resende dos Santos Andrade

Prof.^a Ms. Mônica Maria Soares Rosário

Viviane Leite Maia

Aprovada com média: _____

Aracaju (SE), 20 de abril de 2018.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	07
2.1 Educação dos Surdos no Mundo	07
2.2 Educação dos Surdos no Brasil	10
3 EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO	11
3.1 Educação Especial e Inclusiva	11
3.2 O que Postula a Legislação	13
4 SURDOS – INCLUSÃO E EDUCAÇÃO BILINGUE	15
5 RESULTADO E DISCUSSÃO	16
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	21

ESTUDO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS SURDOS NAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL MAIOR DA ESCOLA ESTADUAL VICENTE MACHADO MENEZES, NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Viviane Leite Maia¹

Resumo

A Educação Inclusiva vem alcançando, aos poucos, avanços que possibilitam a melhora no atendimento aos alunos surdos com necessidades educativas especiais. Esta melhora favorece o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades importantes para torná-los independentes, felizes e capazes, sentindo-se inseridos na sociedade na qual são participantes. Com esta pesquisa, busca-se analisar as circunstâncias interativas que esses alunos estabelecem com seus professores e colegas nas classes da rede regular de ensino. Assim, pretende-se avaliar como se processa a inserção desses alunos no contexto da classe comum, em que a maioria dos alunos, não apresenta tais necessidades. Muito há de se fazer para que o sistema educacional esteja apto e preparado para oferecer uma educação de qualidade e igualitária a todos os alunos, independentemente das especificidades de cada um, sem que haja a exclusão do aluno estando dentro da sala de aula. Mas, acredita-se que uma educação de qualidade depende da adequação da escola e dos professores à diversidade de seus alunos, assumindo seu papel social de transformação. Trata-se, portanto, de um estudo que busca relatar a realidade de como se dá o atendimento educacional especializado numa escola regular de ensino.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Necessidades Educativas Especiais. Ensino Regular.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Tiradentes (UNIT).

**ESTUDO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DOS
ALUNOS SURDOS NAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL MAIOR
DA ESCOLA ESTADUAL VICENTE MACHADO MENEZES, NA
CIDADE DE ITABAIANA/SE**

Abstract

Inclusive Education has gradually achieved advances that enable the improvement in the care of deaf students with special educational needs. This improvement promotes the learning and development of important skills to make them independent, happy and capable, feeling embedded in the society in which they are participants. With this research, we seek to analyze the interactive circumstances that these students establish with their teachers and colleagues in the classes of the regular network of education. Thus, it is intended to evaluate how the insertion of these students is processed in the context of the common class, in which the majority of students do not present such needs. There is much to be done to ensure that the educational system is apt and prepared to offer a quality and equal education to all students, regardless of the specifics of each one, without the exclusion of the student being in the classroom. But it is believed that quality education depends on the adequacy of school and teachers to the diversity of their students, assuming their social role of transformation. It is, therefore, a study that seeks to report the reality of how the specialized educational service is given in a regular school of education.

Keywords: Inclusive Education. Special educational needs. Regular education.

1 INTRODUÇÃO

A educação de surdos tem sido alvo de muitas indagações, principalmente quando se discute a inclusão desses alunos na escola regular. Diversos pesquisadores e estudiosos defendem a inclusão como importante, tais como: Silva (2001), Brasil (2008), Carvalho (2010), o que vai exigir não só uma mudança na estrutura da escola, mas também, uma mudança de postura, atitudes e valores em respeito às diferenças. Diante desse contexto, a referida pesquisa tem como tema o “Estudo do processo de desenvolvimento escolar dos alunos surdos nas séries do ensino fundamental maior da Escola Estadual Vicente Machado Menezes, na cidade de Itabaiana/SE” e tem como principal objetivo mostrar como a escola regular pode incluir todos os alunos deficientes ou não no mesmo espaço dando-lhes as mesmas condições e proporcionando a todos os mesmos direitos.

O interesse em abordar esse tema deu-se a partir do conhecimento do direito previsto pelo Decreto nº 5.626/05, que além de regulamentar a Lei nº 10.436/02 e o artigo 18 da Lei nº 10.098/00 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sua inclusão nas escolas, assim como toda a estrutura curricular nas grades de nível médio e superior. Oferecendo o direito, ao aluno Surdo (conhecedor de sua própria língua, no caso a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS) de ser acompanhado por um intérprete/tradutor nas interlocuções entre ouvintes e surdos no contexto escolar.

Para garantir que esse direito seja realmente adquirido faz-se necessário que vivenciemos inicialmente a inclusão nas escolas regulares com todos os seus entraves. A pessoa Surda tem uma forma especial de ver, perceber, estabelecer relações e valores que devem ser utilizados na educação de Surdos, integrada na sua educação em conjunto com os valores culturais da sociedade ouvinte, que em seu todo vão formar sua sociedade (MOURA-1996). É fundamental que nós, professores conheçamos nossos alunos, não se apoiando no que falta neles, mas tendo uma ideia, mesmo que vaga, sobre o que eles possuem, o que eles trazem e o que eles são.

A abordagem metodológica utilizada foi de caráter qualitativo e exploratório, tendo como campo de pesquisa a Escola Estadual Vicente Machado Menezes, situada na cidade de Itabaiana/SE. A entrevista será o procedimento utilizado no trabalho de campo. Por meio dela, buscaremos extrair informes contidos na vivência dos alunos surdos matriculados nesta instituição de ensino por meio de questionário direcionado a professora da Sala de AEE e a Coordenadora Pedagógica, sobre a didática de ensino adotada pelos professores, métodos de ensino e a relação entre alunos surdos e ouvintes em sala de aula regular. O período que

compreenderá a aplicação do instrumento de pesquisa com os profissionais ocorrerá entre os meses de janeiro e fevereiro de 2018.

Além do trabalho de campo será feita pesquisa bibliográfica através de livros e trabalhos acadêmicos que tratem do mesmo tema para o maior enriquecimento do conteúdo apresentado.

Daremos início ao trabalho de pesquisa conhecendo um pouco da História da Educação dos Surdos no Mundo e no Brasil, tendo como sequência do desenvolvimento deste trabalho um pouco do conhecimento sobre os temas Educação Especial, Educação inclusiva e a Legislação e por fim faremos uma explanação sobre Inclusão e Educação Bilíngue.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

2.1 Educação dos Surdos no Mundo

Estudar a história da educação dos surdos nos faz refletir sobre a discriminação, o sofrimento, a exclusão e por fim a luta por eles traçada desde a antiguidade até a contemporaneidade em busca do seu espaço na sociedade. Pois em outros tempos, eram considerados incapazes, por não oralizarem igual aos ouvintes. A concepção do meio social ao qual estava inserido, todo ser que nascia com problema auditivo não tinha linguagem. Por isso deveriam ser eliminados do convívio social. Nesse momento não se compreendia que, a visão também poderia captar as informações linguísticas em detrimento da audição. De acordo com Quadros (2006), nessa época, havia pouco conhecimento sobre as pessoas com deficiência e a maioria das pessoas consideradas diferentes pela sociedade eram vistas como “não humanos”.

Sabe-se que o peso das palavras de um filósofo na Antiguidade era de grande repercussão na sociedade, visto que o conhecimento era proveniente de suas mentes. O pensamento era produto de uma mente inquieta, que refletia sobre o funcionamento da sociedade onde vivia por isso o filósofo “se caracteriza ou se identifica pelo fato de ser um produtor de conhecimentos, produtor de um saber, de uma reflexão” (GERALDI, 1997, p.86).

Historicamente, as vozes sobre a surdez se constituíram sobre a falta, o afastamento do dito normal, ressaltando a deficiência e alegando a incapacidade, porém sem explicação científica. Em consequência disso, muitos sujeitos surdos foram abandonados ou sacrificados por serem consideradas pessoas castigadas e amaldiçoados pelos deuses (GOLDFELD, 2002).

Segundo Honora e Frizanco (2009, p. 50) na Idade Média os surdos começaram a ter atenção diferenciada por parte da igreja, que se preocupava com o que os surdos faziam e porque não iam se confessar. Outra preocupação da igreja era com o grande número de pessoas com surdez que nasciam nos castelos, devido aos casamentos consanguíneos, que era comum na época, pois a nobreza não pretendia dividir sua herança com outras famílias, então se casavam entre primos, sobrinhas e até irmãos.

Segundo Kozlowski (1995), nos anos seguintes, surgiram muitas teorias e estudos sobre o desenvolvimento pleno dos potenciais cognitivos, linguísticos, emocionais e sociais desses indivíduos. Vários métodos de trabalho foram propostos no decorrer da história da educação dos surdos, na tentativa de suprir as deficiências desses indivíduos.

Mas somente no século XVIII, o surdo encontra nesse espaço social um ambiente propício para “ter voz” e utilizar a língua de sinais. Nesse contexto, vários pesquisadores começam a interessar-se pela educação de surdos como Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), Pablo Bonet (1620), J. Bulwer (1614 – 1684) e Abade Charle Michel de L’Epée (1750).

Em contrapartida, no ano de 1860 o método oral começou a ganhar força, pois os profissionais começaram a investir no ensino da língua oral para os surdos. Nesse momento surgiu a ideia, defendida por alguns profissionais, de que a língua de sinais seria prejudicial para a aprendizagem da língua oral (STROBEL, 2008).

Vinte anos depois, em 1880, na cidade de Milão, realizou-se o II Congresso Internacional sobre Educação de Surdos. Este congresso foi um marco histórico de maior impacto na área da surdez e também o momento obscuro de toda essa jornada, pois desde aquele momento, a educação dos surdos teve sua continuação em sentido oposto à educação proposta no século XVII, quando os surdos e a sociedade perceberam o progresso na educação dos surdos através da utilização da língua de sinais.

Nesse Congresso, foi realizada uma votação para eleger qual seria o método mais apropriado para a educação de surdos, se a utilização da língua de sinais como já vinha ocorrendo ou a utilização da língua oral. O resultado foi que o Oralismo Puro (utilização apenas da língua oral) foi eleita como a melhor abordagem para os alunos surdos, culminando na proibição da utilização da língua de sinais nas escolas de surdos. O mais importante ícone do Oralismo foi Alexander Graham Bell (inventor do telefone), que exerceu a grande influência no resultado da votação do Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão, no ano de 1880 (STROBEL, 2008).

Para Soares (1999, p.1), o Oralismo é o “processo educacional pelo qual se pretende capacitar o surdo a compreensão e na produção da linguagem oral e que parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo não possuindo o nível de audição para receber os sons da fala, pode se constituir como interlocutor por meio da linguagem oral”.

No século XIX, a ciência novamente desponta para a questão da surdez através estudos de Itard, que procura a restauração da audição e ressalta a importância da língua oral para o surdo. Esse movimento, proveniente de uma voz social de tempos atrás, retoma o foco da educação de surdos para a busca da cura da surdez (GOLDFELD, 2002). O uso da língua de sinais ainda era proibido, a ciência procurava curar a surdez e enquanto isso, os surdos passavam por momentos de reelaboração de sua identidade enquanto sujeitos dotados de língua e de possibilidades e não deficientes incapazes.

Só depois de 100 anos do império oralista, a língua de sinais começou a ganhar novamente a atenção dos educadores de surdos, que acabaram por desenvolver outras filosofias para o atendimento desse aluno, retomando as pesquisas iniciais desenvolvidas na Europa e América do Norte para o ensino dos surdos. De acordo com o breve histórico apresentado, pode-se perceber que esses precursores foram de grande importância no desenvolvimento da educação de surdos, pois ao reconhecerem que este deveria aprender a língua gestual acabaram por identificar o sujeito surdo como ser humano constituído por uma língua própria, diferente da utilizada pela maioria. Em 1971 no Congresso Mundial de Surdos em Paris foi que a língua de sinais passou a vigorar novamente. Nesse Congresso foram também discutidos os resultados de pesquisas realizadas nos EUA sobre a chamada “Filosofia da Comunicação Total”.

Segundo Damázio (2007, p. 19) a Comunicação Total considera as características da pessoa com surdez utilizando todo e qualquer recurso possível para a comunicação, a fim de potencializar as interações sociais, considerando as áreas cognitivas, linguísticas e afetivas dos alunos.

A constatação de que os surdos eram subeducados com o enfoque oralista puro e de que a aquisição da língua oral deixava muito a desejar além da realidade inquestionável de que a comunicação gestual nunca deixou de existir entre os surdos, fez com que uma nova época se iniciasse dentro do processo educativo dos surdos, nascendo assim a abordagem educacional por meio do Bilinguismo.

Para Damázio (2007, p. 20) o Bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social: a Língua de Sinais (que no Brasil é a LIBRAS), e a língua da comunidade ouvinte (Português).

Sendo a proposta bilíngue apresentada como primordial ao acesso da criança, com deficiência auditiva, à sua Língua materna, sendo de preferência a vivência e aprendizagem desta estimulada pelo contato com comunidade surda, na qual estará inserida quando maior, juntamente com o aprendizado da segunda Língua (língua oral), em sua forma escrita a ser aprendida na escola.

2.2 Educação dos Surdos no Brasil

Segundo Bogas (2016), a educação de surdos no Brasil foi marcada pela atuação de um surdo francês, chamado Ernest Huet. Em 1857, Huet veio ao Brasil a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para surdos do país, chamada na época de Imperial Instituto de Surdos Mudos, posteriormente denominada de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Huet estudou no Instituto Nacional de Surdos de Paris, onde se formou professor e teve contato com a metodologia utilizada pelo abade L'Epée, um dos precursores da educação dos surdos, que viveu na França e em 1760 fundou uma escola pública para surdos o Institut National de Juenes Sourds de Paris – INJS, sendo pioneiro nesse trabalho. Na própria escola, L'Epée capacitou inúmeros professores para surdos, sendo dessa forma um grande entusiasta dessa educação. Em 1785, ele já havia criado 21 escolas para pessoas com surdez na França.

A língua de sinais brasileira – Libras foi ganhando espaço pouco a pouco, mas sofreu uma grande derrota em 1880, no Congresso sobre surdez na cidade de Milão, onde ficou proibido o uso das línguas de sinais no mundo, acreditando que a leitura labial era a melhor forma de comunicação para os surdos.

Com a persistência do uso e uma crescente busca por legitimidade da língua de sinais, a Libras voltou a ser aceita. A luta pelo reconhecimento da língua, no entanto, não parou. Em 1993 começou uma nova batalha, com um projeto de lei que buscava regulamentar o idioma no país. Quase dez anos depois, em 2002, a Libras foi finalmente reconhecida como uma língua oficial do Brasil. Os sinais de Libras é uma combinação de configurações de mão, movimentos e de pontos de articulação, locais no espaço ou no corpo onde os sinais são feitos também de expressões faciais e corporais que transmitem os sentimentos que para os ouvintes são transmitidos pela entonação da voz, e juntos compõem as unidades básicas dessa língua.

(GESSER, 2016). Assim, a Libras se apresenta como um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO

3.1 Educação Especial e Inclusiva

Ao iniciarmos as reflexões sobre Educação Inclusiva, é necessário, deixar claro a distinção entre os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva. Entende-se por Educação Inclusiva à participação de todos os alunos, independentemente de suas “diferenças”, “deficiências” ou “especificidades”, em escolas de Ensino Regular. Já a Educação Especial atende à educação dos alunos com algum tipo de deficiência em instituições especializadas, de maneira separada da escola comum. Essas instituições atendem exclusivamente discentes com um determinado tipo de necessidades especiais e para isso, contam com profissionais especializados ao atendimento destes.

A Educação inclusiva reflete uma visão humanista da educação que entende a escola como um espaço de diversidade e democracia, cuja missão é promover a educação para todos. Porém, é importante considerar que nem todos os casos de deficiência podem ser atendidos na escola regular. Batista (2006), expõe a dificuldade de se incluir o sujeito com deficiência mental, por exemplo, na sala do Ensino Regular e o impasse na definição do seu atendimento especializado, “pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo” (BATISTA, 2006, p.11).

A Educação Especial no Brasil, data do período imperial, quando D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje denominado Instituto Benjamin Constant e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, atualmente, denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (Mazzota, 2005). A criação desses dois Institutos foi de grande importância para o atendimento das pessoas com deficiências, no entanto, a abertura desses espaços não atendia à demanda nacional, pois “em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA, 1996, p.29), nestas instituições. Sendo assim, essa assistência ocorreu de maneira isolada se reportando mais às deficiências visuais e auditivas. No entanto outros institutos surgiram no país, com atendimento especializado em várias esferas, como para deficientes físicos e mentais. Destacam-se além de instituições públicas, também as instituições particulares como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa

(AACD), fundada em 1950, a Sociedade Pestalozzi fundada em 1926 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) fundada em 1954. (MAZZOTTA, 1996).

A constituição brasileira de 1988, versa sobre o atendimento especializado aos alunos com deficiência, em seu artigo 208, onde se destaca ser dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

O uso do termo “preferencialmente” na rede regular de ensino de acordo com Batista (2006, p. 9) significa que

esse atendimento deve acontecer prioritariamente nas unidades escolares, sejam elas comuns ou especiais, devidamente autorizadas e regidas pela nossa lei educacional. A Constituição admite ainda que o atendimento educacional especializado pode ser oferecido fora da rede regular de ensino, já que é um complemento e não um substitutivo do ensino ministrado na escola comum para todos os alunos. (BATISTA, 2006)

Diante do que já foi exposto, pode-se verificar que a modalidade de ensino oferecido na Escola Especial assumiu a característica de substituir a Escola Regular. Verifica-se, no entanto, que em alguns casos, realmente existe a necessidade de um acompanhamento especializado, separado da escola regular. Porém, na maioria dos outros casos, a escolha pela Educação Especial pode promover uma situação de exclusão e segregação aos indivíduos com algum tipo de deficiência, à medida que o afasta da convivência social. É importante observar, que no caso dos sujeitos com problemas visuais ou auditivos, por exemplo, o atendimento pode ocorrer de maneira simultânea, tanto através do ensino regular, como através do ensino especial.

Assim, a Educação Especial deixa de ter um caráter substitutivo e passa a ter uma função complementar na formação do aluno. O texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, divulgado pelo MEC, declara que as pessoas, dentro de cada contexto em que inserem, passam por continuas transformações e que “esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os estudantes”. (BRASIL, 2006, p. 11).

Quanto à Educação Inclusiva, esse termo foi primeiramente utilizado na Declaração de Salamanca (1994) que passou a influenciar a formulação das políticas públicas associadas à Educação Inclusiva. Neste documento se defende que “as crianças e jovens com

necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar”, pois, “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos” (p. 8-9). Surge então, um novo paradigma – a Educação Inclusiva – que promoveu uma série de transformações conceituais e organizacionais no sistema de ensino.

3.2 O que Postula a Legislação

No Brasil, a Educação Inclusiva passa a aparecer como Política Educacional oficial a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96), que determina que pessoas com necessidades especiais sejam incluídas em salas de aula de Ensino Regular. (BRASIL, 1998). A LDB reafirma o direito à educação pública e gratuita para as pessoas com necessidades especiais e se estabelece em seu capítulo V que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996).

O Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, assinado em 1999, dispõe a respeito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, conceitua a Educação Especial como “uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular”. (BRASIL, 2006, p. 3).

Seguindo as reformulações legislativas no contexto abordado as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, institui que “os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

(MEC/SEESP, 2001, p. 69). As diretrizes reafirmam o papel complementar da Educação Especial.

Com o intuito de promover um suporte para os alunos com deficiência, a fim de facilitar o acesso ao currículo na escola regular e orientar a organização dos sistemas de Educação Inclusiva, o Conselho Nacional de Educação – CNE publicou a Resolução CNE/CEB, 04/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Trata-se de um serviço da Educação Especial que organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade para a efetiva participação dos alunos com necessidades especiais de forma articulada com a escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. (BRASIL, 2011).

Essa ferramenta de apoio à inclusão nas escolas de ensino regular deve funcionar em salas com materiais didáticos apropriados com profissionais que tenham formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, a fim de oferecer o apoio necessário à estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (BRASIL, 2010). Na prática, o que se observa é uma extrema dificuldade de se encontrar profissionais com formação adequada para essas múltiplas realidades, e quando há, geralmente, este professor do AEE, se torna responsável de tal forma, pela condução das atividades educativas desse público, que acaba por promover, em muitos casos, a perpetuação da segregação educacional dos mesmos. O Ministério da Educação, através da sua secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2010), define como público-alvo das salas de AEE as seguintes classes de alunos:

- Alunos com deficiência - aqueles que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil;
- Alunos com altas habilidades ou superdotação - aqueles que apresentam um potencial elevado com as áreas do conhecimento humano.

As reformulações da legislação brasileira promoveram importantes mudanças sociais, nos mais diversos setores e contextos. O processo de inclusão, é uma temática que se propagou e tem gerado muitos debates em torno do novo paradigma instaurado, seja em âmbito educacional ou mesmo no profissional. O tema da inclusão em oposição às já historicamente enraizadas, práticas de exclusão passou a despertar a atenção de educadores, empresários, políticos e outros profissionais. Porém, apesar da evolução das leis, do interesse pelo discurso e as reformulações iniciadas nos sistemas de ensino, percebe-se que muito ainda precisa ser feito para a efetivação desse processo e garantia desse direito.

4 SURDOS – INCLUSÃO E EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Atualmente, o Bilinguismo tem sido muito discutido na área da surdez devido à inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares assim como as políticas públicas desenvolvidas no Brasil nos últimos 10 anos.

Em 1980, o Bilinguismo no Brasil começa a despontar, tendo como pressuposto básico de que o surdo precisa ser bilíngue. Porém sua aprendizagem deveria ser realizada por meio da língua materna a Língua de Sinais Brasileira- LIBRAS. Sendo essa considerada a língua natural dos surdos, ou seja, sua (L1), e como segunda língua (L2), a língua oficial do seu país, no caso do Brasil o português. Já no final dos anos 80, no Brasil, as pessoas com surdez começaram a liderar o movimento de oficialização da LIBRAS.

A LIBRAS foi reconhecida pela Lei nº 10.436/2002. Essa lei, reconhece a LIBRAS como língua oficial da comunidade surda, defende a educação bilíngue para os surdos e reconhece existência da cultura surda. O Decreto Federal nº 5.626/2005 apresenta uma definição de sujeito surdo, sendo aquele que: “por ter perda auditiva, compreender e interagir com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”.

Porém, Goldfeld (2002) aponta que infelizmente a aceitação da educação bilíngue ainda é pequena no Brasil, mesmo essa sendo oficializada em documentos nacionais. Mediante esse histórico, pode-se perceber existe a necessidade de respeitar e compreender o indivíduo com surdez, assegurando a este o direito de oportunidades educacionais de qualidade. A partir da compreensão de que a língua de sinais permite o desenvolvimento das pessoas surdas, estas reivindicam o direito de usar esta língua, o que tem levado, nos últimos anos, algumas escolas a adotarem a filosofia bilíngue na educação dos alunos surdos. Portanto, ao aceitar o Bilinguismo na educação de surdos, aceita-se a diferença do outro.

É necessário considerar que as pessoas surdas enfrentam cotidianamente dificuldades que vão desde os rótulos, estigmas até a falta de profissionais que correspondam as suas necessidades enquanto estudantes. Entre elas podemos destacar: os pré-conceitos, a falta de intérpretes, falta de conhecimento dos familiares e professores preparados acerca das características próprias do surdo como: o uso da língua de sinais, a falta de recursos na escola, o desconhecimento e a falta de capacitação e formação continuada de professores e funcionários da escola que favoreçam a inclusão dos sujeitos na educação de qualidade.

Destacamos com isso que estar matriculado na escola regular é direito do cidadão surdo e não apenas um direito deficiente cedido por assistencialismo. Há desejo das pessoas

surdas de: estudarem, aprenderem e por meio do aprendizado de qualidade tornarem-se profissionais competentes, plenos de seus direitos e conhecedores de seus deveres.

Segundo a constituição federal brasileira (BRASIL, 1988), é dever do Estado e da família proporcionar condições de acesso e aprendizagem a toda pessoa, sendo de responsabilidade dessas duas principais instituições sociais proporcionarem as mesmas condições para uma aprendizagem significativa:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim, há um compromisso de trabalho em conjunto, para a formação continuada do corpo docente e funcionários das instituições de ensino, seja capaz de não somente destacar como receber uma pessoa com deficiência em sala de aula, mas levar à compreensão de que a inserção de um surdo ou qualquer criança com necessidades especiais no espaço escolar precisa respeitar as mesmas oportunidades e qualidade de aprendizagem a todos.

Nessa Perspectiva tanto os estudantes com deficiência, quanto os demais, devem ser tratados com efetiva igualdade e o ensino ofertado deve privilegiar a comunidade como um todo e não apenas uma parcela de estudantes, pois se assim for, estará fazendo da inclusão outra forma mais elevada e organizada de exclusão.

De acordo com Fernandes (2011), a efetivação de um processo educacional com enfoque bilíngue para surdos precisa envolver uma diversidade de possibilidades e contextos de atendimento, de acordo com a realidade de cada município assim como a disponibilidade de profissionais habilitados nessa modalidade educacional. Ainda, ressalta a importância de haver serviços especializados para assegurar os atendimentos necessários dos alunos surdos, a presença do intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa, do instrutor surdo na escola, classes de educação bilíngue, instituições especializadas e escola de educação bilíngue.

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

A presente pesquisa foi realizada na Escola Estadual Vicente Machado Menezes, situada na Cidade de Itabaiana/SE. Os dados foram coletados com a observação da escola, e entrevista realizada através de questionário, com a professora da Sala de Recursos e com a coordenação pedagógica, sobre a didática, métodos de ensino e a relação entre alunos surdos e ouvintes em sala de aula regular. Foram aplicadas 20 questões que serão descritas em forma de relatório.

No ano de 2017 foram matriculados 12 alunos surdos, sendo que 4 fazem parte do Ensino Regular e 8 da Sala de Recursos. Um dos objetivos da Gestão Escolar do Vicente Machado é de promover atividades como projetos, eventos e atividades culturais que incentivam a interação dos surdos com a comunidade escolar.

Sobre a adaptação da escola para receber alunos surdos e disposição de recursos didáticos necessários para o ensino de LIBRAS, a resposta aos dois questionamentos foi que, mesmo não tendo total adaptação, a escola procura trabalhar de forma acolhedora para que se sintam adaptados e ao mesmo tempo procura adquirir todos os materiais didáticos necessários para essa inclusão.

O direito do aluno com necessidades educativas especiais e de todos os cidadãos à educação é constitucional. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola não somente quanto à aceitação, mas também quanto à valorização das diferenças. Essa valorização se realiza pelo resgate dos valores culturais, principalmente daqueles que fortalecem a identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir (SCHNEIDER, 2006, p. 14).

Em relação à qualificação dos professores para ensinar aos alunos surdos, ao planejamento das aulas, a maioria dos docentes possuem curso básico de Libras, mas não se sentem seguros para ensinar os alunos surdos sem a presença do Intérprete, como também, para o planejamento das aulas e resolução de atividades, buscam o auxílio da Professora da Sala de Recursos. Já a professora da Sala de Recursos possui curso de capacitação diferenciado para atendimento aos alunos surdos, esta é formada em Letras Português, Pós-Graduada em AEE e Educação Inclusiva e possui cursos direcionados a Sala de AEE.

Vale sempre enfatizar que inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que eles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades. (Glat; Nogueira, 2002, p. 26).

Com relação à interação entre surdos e ouvintes, foi respondido que o convívio e a interação entre eles na sala de aula regular são geralmente tranquilos, alguns ouvintes até procuram aprender Libras para interagir e ajudam nas atividades de classe, mas há um pouco de insatisfação por parte dos alunos surdos porque a comunicação com a maioria da comunidade escolar se torna difícil por não saberem Libras.

É inegável a importância da utilização de metodologias adequadas em sala de aula que beneficiem os alunos Surdos que estão inclusos, sendo o professor responsável por incentivar e mediar à construção do conhecimento através da interação com o aluno Surdo e seus colegas (LACERDA, 2006, p.163).

Na Sala de AEE o atendimento é realizado no turno contrário ao ensino regular, duas vezes por semana e por meio dos três momentos pedagógicos. AEE de Libras, AEE em Libras e o AEE de Língua Portuguesa. De acordo com a professora o planejamento das aulas é feito individualmente de acordo com as necessidades e dificuldade de cada aluno. Como também procura está em consonância com o conteúdo do professor da sala comum. A professora informou que além de utilizar materiais lúdicos em suas aulas, desenvolve projetos próprios da sala do AEE, como o Atividade Lúdica da Língua Portuguesa, o Dia Nacional do Surdo e o Difusão da Libras. Porém vale ressaltar que os surdos também participam de todos os projetos e atividades extraclasse, realizados pela escola juntamente com os colegas ouvintes.

Considerando a necessidade do desenvolvimento da capacidade representativa e linguística dos alunos com surdez, a escola comum deve viabilizar sua escolarização em um turno e o Atendimento Especializado em outro, contemplando o ensino de Libras, o ensino em Libras e o ensino de Língua Portuguesa. (Araújo, 2006 p. 15).

Um outro ponto que merece destaque foi a resposta dada com relação a participação dos pais dos surdos na vida escolar dos seus filhos, foi respondido que raramente os pais vão à escola, mesmo a unidade escolar realizando atividades para incluir a clientela surda, os responsáveis só comparecem apenas quando convocados ou pela professora da sala de recursos, ou pela equipe diretiva da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou investigar se a inclusão está acontecendo conforme preconiza a Lei e de que maneira está acontecendo nas escolas regulares que recebem alunos com surdez. O resultado obtido com a investigação na Escola Estadual Vicente Machado Menezes, na cidade de Itabaiana/SE, que possui em seu corpo discente 12 alunos surdos, foi que do ponto de vista social a inclusão nessa escola está acontecendo, pois, os alunos são acolhidos da melhor forma possível tanto nas turmas do ensino regular, contando também com a presença do Intérprete de Libras, quanto na Sala de AEE.

Um ponto frágil perceptível na escola é à necessidade de conscientização por parte de alguns professores no que se refere às metodologias utilizadas por eles durante as aulas nas turmas inclusivas. Faz-se necessário a adaptação de matérias que melhore a

compreensão dos conteúdos pelos alunos surdos, como também a interação ouvintes/surdos/professor entusiasmando os alunos ouvintes a quererem aprender a Libras e dando mais segurança aos professores na prática com a Libras. Sobre isso, (CORREIA, 2008) afirma que:

Uma formação específica de educadores, professores e auxiliares, que lhes permita perceber minimamente as problemáticas de seus alunos e que tipos de estratégias devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias no fazer docente e nos processos de aprendizagem. (CORREIA, 2008, p. 28).

No tocante ao Atendimento Educacional Especializado a Escola está muito bem preparada e equipada com todos os materiais necessários ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos surdos, a professora é especialista neste atendimento e procura de todas as formas transmitir o conhecimento aos alunos de maneira prazerosa e eficaz. A professora da Sala de AEE é muito dedicada, desenvolve vários projetos com a participação de todos, busca maneiras juntamente com a Gestão Escolar para garantir um melhor aprendizado e inclusão desses alunos buscando recursos para ajuda aos professores do ensino regular. Além disso, ajuda a equipe escolar no acompanhamento dos alunos surdos com as famílias, pois a maior parte deles não tem apoio familiar.

O professor por mais inclusivo que ele seja não consegue incluir o aluno sozinho, a participação de todos é importante e fundamental para um melhor desenvolvimento dentro da comunidade. É necessário tanto a escola como os centros de apoio possam mudar o pensamento no que fazer, para quem fazer e como construir uma sociedade inclusiva, usando sua técnica junto com materiais oferecidos pela escola ou instituição, o professor pode repensar sua prática pedagógica junto com toda a equipe escolar. (SILVA E ARRUDA, 2014).

A Escola Vicente Machado é na cidade de Itabaiana uma referência e vem ao longo dos anos ultrapassando barreiras para a efetiva inclusão dos alunos com deficiência. Para que aconteça de forma plena e de acordo com o que postula as leis vigentes necessita ainda de melhorias, para que os alunos se sintam realmente incluídos, tendo as mesmas oportunidades de acesso à informação igualmente aos demais alunos.

Espera-se que as reflexões tecidas nesse texto possam contribuir para novas pesquisas no campo da educação inclusiva, trazendo à tona novas discussões à luz de novos autores sobre o assunto. Assim, espera-se que as questões do ensino bilíngue para surdos

sejam analisados na perspectiva de uma educação voltada para as necessidades e especificidades dos surdos, perpassando todos os espaços, limites e possibilidades.

É neste contexto que reflexões devem ser feitas sobre a Educação de Surdos como diálogo, troca de experiências, relações interpessoais entre Surdos e o ouvintes, enfim o exercício do “olhar para o outro”, sem máscaras, sem piedade, sem preconceitos, mas com a grande possibilidade de construção de conhecimento. (LIMA, 2010, p.14)

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Luis Cesar G. **Gestão de Pessoas: Estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BATISTA, C.R. (Org) **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca. Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial**. Espanha, 1994.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a Educação Especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial**. MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acessado em jan. 2018.
- BRASIL. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Brasília, LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.
- BRASIL. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.
- BRASIL. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Brasília, Lei nº. 12.319 de 01/09/2010.
- BOGAS, João Vitor. **A história da Libras, a língua de sinais do Brasil**. Comunidades surda, ensino de Libras. [2016]. Disponível em: <<http://blog.handtalk.me/historia-lingua-de-sinais/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.]
- CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.
- DAMÁZIO, M. F.M. **Deficiência Auditiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.
- FERNANDES, S. **Educação de Surdos**. 2ª ed, Curitiba: IBPEX, 2011.
- GOLDFELD, M. **A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. 2ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.
- GERALDI, JW. **Portos de Passagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração. Brasília: MEC/SEESP, ano 14, n. 24, 2002. p. 22 - 27.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências**. São Paulo: Cirando Cultural, 2009.

KOZLOWSKI, L. **O Modelo Bilíngue-Bicultural na Educação do surdo**. Distúrbios da Comunicação, São Paulo, v.7, n.2, p147-156, 1995.

LACERDA, C. B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. CEDES [online]. vol. 26, n.69, p. 163-184, 2006.

LIMA, Verônica Aparecida Pinto. **A inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares da rede pública de educação: Uma questão linguística**. (2010). Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/surdos_escolapublica.pdf> Acesso em: 12 de março 2016.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MOURA, Manoel. **A atividade de ensino como unidade formadora**. Bolema, São Paulo, ano II, n.12, pp. 29-43. 1996.

QUADROS, R. **Políticas Linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: Espaço de negociações**. Cadernos CEDES, Campinas, v.69, p.141-162, 2006.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

SCHNEIDER, R. **Educação de surdos: inclusão no ensino regular**. Passo Fundo: Editora UPF, 2006.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.

SOARES, M. A. L. **A Educação de Surdos no Brasil**. Campinas - SP, Autores Associados, 1999.